

Gerenciamento de Riscos e Capital

1. OBJETIVO	4
2. MAPA DE RISCOS	4
3. PRINCIPAIS INDICADORES.....	6
4. METODOLOGIA E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	7
Declaração de Appetite a Riscos (RAS).....	10
Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital	11
Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital.....	11
<i>Responsabilidades:</i>	12
Cultura de Riscos.....	15
Comunicação Interna	15
5. GESTÃO DO CAPITAL	15
Processo de Adequação do Patrimônio de Referência	16
<i>Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)</i>	17
<i>Detalhamento dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</i>	18
<i>Acompanhamento do Índice de Basileia e Margem</i>	19
<i>Acompanhamento do Adicional de Capital Principal</i>	21
<i>Acompanhamento da Razão de Alavancagem</i>	21
6. RISCO DE CRÉDITO	23
Comunicação Interna	24
Análise e Concessão do Crédito	24
Mitigação do Risco de Crédito	25
Classificação do Risco de Crédito	25
Exposição ao Risco de Crédito.....	26
<i>Por Setor Econômico</i>	26
<i>Por Prazo a Decorrer</i>	27
<i>Por Região Geográfica</i>	27
<i>Por Atraso</i>	27
<i>Por Tomador</i>	28
<i>Por Operações Baixadas para Prejuízo</i>	29
<i>Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa</i>	29
Cessão de Crédito.....	29
Operações de Securitização, venda ou transferência de ativos financeiros.....	30
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA segmentado por Fator de Ponderação de Risco	30
Instrumentos Mitigadores.....	31
7. RISCO DE MERCADO	32

Risco de Taxa de Juros e Ações	33
Risco da taxa de juros na carteira de não negociação	34
Exposição do Risco de Mercado de Derivativo por Fator de Risco	35
VaR (Valor em Risco)	36
8. RISCO LIQUIDEZ	37
Processo de Gerenciamento de Risco Liquidez.....	37
Comunicação Interna	38
9. RISCO OPERACIONAL	38
Processo de Gerenciamento de Risco Operacional	39
Comunicação Interna	39
Análise de Risco Operacional	39
Gerenciamento de Continuidade de Negócios	40
Processo de Gerenciamento do Risco Socioambiental	41

1. OBJETIVO

O Relatório de Gerenciamento de Riscos está voltado para a divulgação das informações requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Circular 3.678, de 31 de Outubro de 2013.

Além da importância de atendimento às normas do regulador, o Banco BS2 considera o gerenciamento de riscos e capital essencial para a continuidade do negócio e para o fortalecimento da instituição, pois a prática possibilita melhor compreensão, identificação e controle dos riscos que permeiam os negócios da Instituição.

Desta forma, serão demonstradas a gestão de riscos, a exposição a riscos, a apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês Risk Weighted Assets) e a apuração do Patrimônio de Referência (PR) da instituição, que são abordados na Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013 do Banco Central do Brasil.

É importante salientar que, as informações constantes neste documento, estão em conformidade com as normas desta instituição.

2. MAPA DE RISCOS

O Banco BS2 está sujeito aos seguintes tipos de riscos:

<p>Risco de Crédito</p>	<p>Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.</p> <p>Abrange a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados ao negócio do Banco, definindo o nível de tolerância ao risco, a rentabilidade esperada, os tipos de operações, foco em setores econômicos e/ou regiões geográficas, expectativa de concentração dos vencimentos no curto, médio e longo prazos, mercados alvo, elegibilidade de garantias e nível de concentração.</p>
--------------------------------	--

<p>Risco de Mercado</p>	<p>Representa a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras geradas pelas oscilações de taxas, índices e preços dos ativos e passivos da instituição. Isto ocorre devido à possibilidade de descasamento entre as carteiras de ativos e passivos da instituição.</p> <p>O Grupo BS2 gerencia o risco de mercado levando em consideração suas operações da carteira de negociação e atuação da Tesouraria, complementado pelo crédito destinado ao Middle Market.</p>
<p>Risco de Liquidez</p>	<p>O risco de liquidez é um risco financeiro decorrente da possibilidade da descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos, que afetem a capacidade de pagamento da instituição. Este risco é ocasionado pela indisponibilidade de ativos da instituição para cumprimento das obrigações, inadimplências, dificuldades em liquidar os ativos, desvalorização dos ativos ocasionados pelas oscilações de taxas e índices.</p>
<p>Risco Operacional</p>	<p>São tratadas as possíveis perdas ocasionadas por falhas ou inadequação dos processos internos e por eventos externos, fraudes, danos, interrupção do negócio.</p> <p>O Banco BS2 compreende que o Risco Operacional, juntamente com o Risco de Mercado, o Risco de Liquidez e o Risco de Crédito constituem os principais tipos de riscos que afetam o setor bancário, e o fato de não serem riscos independentes, requer maior atenção em seu tratamento.</p>
<p>Risco Socioambiental</p>	<p>O risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental deve ser identificado como um componente das diversas modalidades e risco a que as instituições financeiras estão expostas. Este risco está relacionado à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade que podem ser gerados pelos clientes da instituição.</p>

Risco Estratégico	<p>O risco de perdas geradas pelo insucesso das estratégias adotadas, considerando a dinâmica dos negócios e da concorrência, as alterações políticas e econômicas no País e internacionalmente.</p>
Risco de Reputação	<p>O risco de perdas geradas pela percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que pode afetar negativamente na continuidade do negócio.</p>

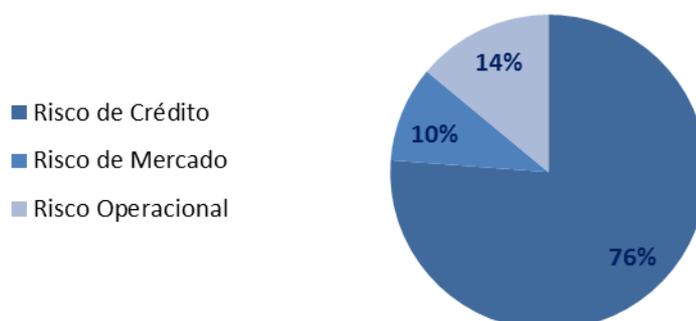
3. PRINCIPAIS INDICADORES

Para a data-base de 31 de dezembro de 2018, o Banco BS2 se mostrou alinhado aos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Abaixo são demonstrados os principais indicadores referentes a data-base 31 de dezembro de 2018. Posteriormente estes indicadores serão detalhados.



Composição do RWA

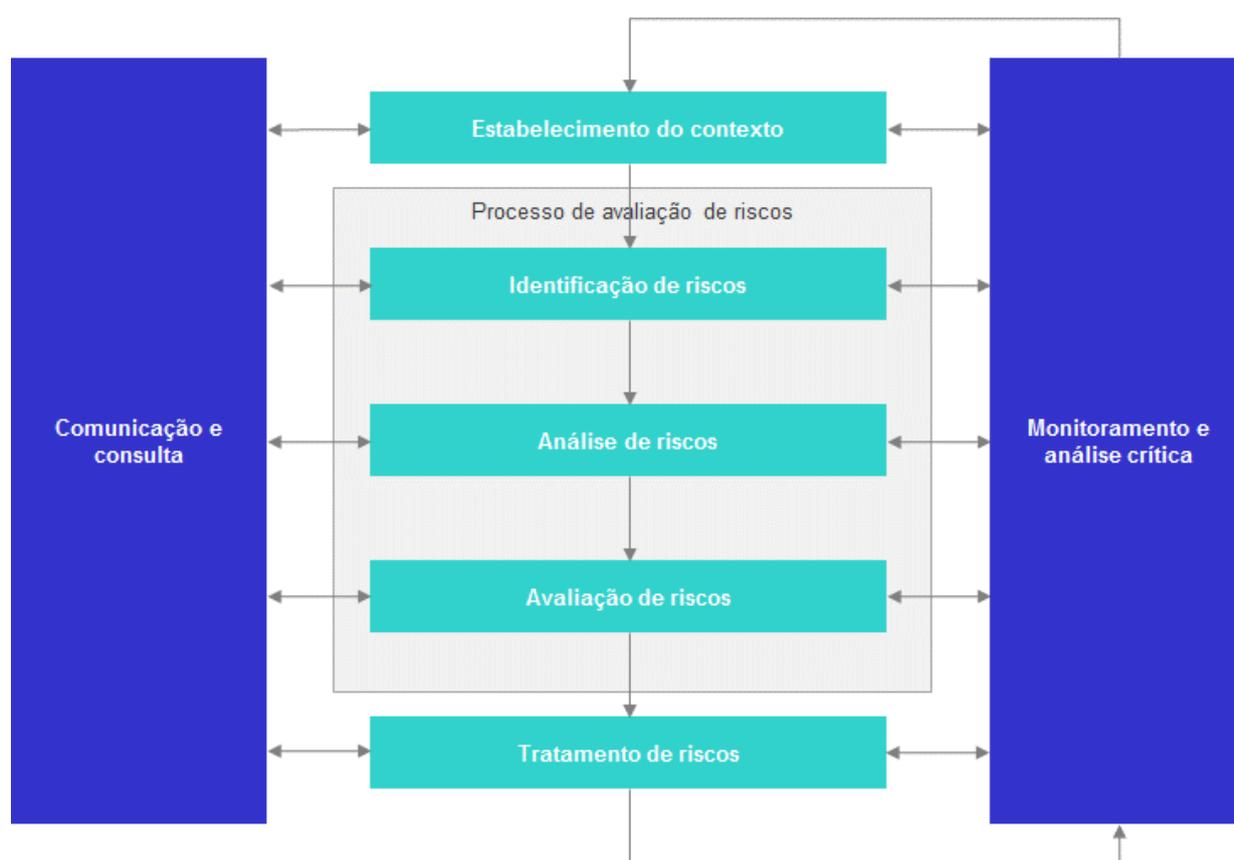


4. METODOLOGIA E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Metodologia de Gerenciamento de Riscos

Com a publicação da Resolução 4.557 pelo Banco Central do Brasil, a metodologia de Gestão de Riscos do Banco BS2 foi alterada para contemplar a Gestão Integrada de Riscos (GIR). No BS2, a GIR é pautada pelas diretrizes e recomendações contidas nos principais guias de referências em gestão de riscos e continuidade de negócios nas organizações. A Gestão Integrada de Riscos busca tornar a instituição proativa na identificação e no tratamento de ameaças e oportunidades; permitir maior transparência, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos; preparar a organização para enfrentar as surpresas em um ambiente de contínua mudança; e melhorar os padrões de governança.

O BS2 gerencia riscos por meio do processo representado na figura abaixo:



Fonte: ABNT NBR ISO 31000:2009

Comunicação e consulta: A comunicação e consulta às partes interessadas deve acontecer durante todas as fases do processo de gestão de riscos e ajudam a:

- alinhar conceitos e informações;
- estabelecer o contexto da organização;
- assegurar que os interesses das partes interessadas sejam compreendidos e considerados;
- assegurar que os riscos sejam identificados adequadamente;
- assegurar que diferentes pontos de vista sejam devidamente considerados quando da definição dos critérios de risco, na avaliação dos riscos e no processo de tomada de decisão.

Estabelecimento do contexto: A instituição deve estabelecer o contexto externo, contexto interno e do processo de gestão de riscos, a fim de definir os parâmetros e fatores relevantes a serem considerados ao gerenciar riscos. O contexto externo pode incluir, mas não está limitado a:

- ambientes cultural, social, político, legal, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, natural e competitivo;
- fatores chave e tendências que tenham impacto sobre os objetivos da organização;
- relações com as partes interessadas externas e suas percepções e valores.

O contexto interno pode incluir, mas não está limitado a:

- governança, estrutura organizacional, funções e responsabilidades;
- políticas, objetivos e estratégias implementadas para atingi-los;
- capacidades, entendidas em termos de recursos e conhecimento (por exemplo, capital, tempo, pessoas, processos, sistemas e tecnologias);
- sistemas de informação, fluxos de informação e processos de tomada de decisão (formais e informais);
- relações com as partes interessadas internas, e suas percepções e valores;
- cultura da organização;
- normas, diretrizes e modelos adotados pela organização.

O contexto do processo de gestão de riscos, que irá variar de acordo com as necessidades da organização e pode envolver, mas não está limitado a:

- definição das metas e objetivos das atividades de gestão de riscos;
- definição das responsabilidades pelo processo de gestão de riscos;
- definição do escopo, bem como da profundidade e da amplitude das atividades da gestão de riscos;
- definição das metodologias de processo de avaliação de riscos;
- definição da forma como são avaliados o desempenho e a eficácia na gestão dos riscos;
- identificação e especificação dos processos de tomada de decisões.

Identificação de Riscos: A instituição deve identificar os fatores de risco, áreas de impactadas, suas causas e consequências potenciais. A finalidade desta etapa é gerar uma lista abrangente de riscos que possam criar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos da instituição. É importante que pessoas com conhecimento e capacitação adequada sejam envolvidas nesse processo.

Análise de riscos: A análise de riscos fornece uma entrada para a avaliação de riscos e para as decisões sobre a necessidade, estratégias e métodos mais adequados para tratamento dos mesmos. Esta fase envolve a apreciação das causas e fatores de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam ocorrer. Os controles existentes, sua eficácia e eficiência também devem ser levados em consideração na análise.

Avaliação de riscos: A avaliação de riscos envolve comparar o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi considerado. Com base nesta comparação, a criticidade e necessidade do tratamento é definida. As decisões devem tomadas não só de acordo com os impactos financeiros, mas também levando em conta requisitos legais, regulatórios e entre outros considerados importantes para a instituição.

Tratamento de riscos: O tratamento de riscos envolve um processo cíclico composto por:

- avaliação do tratamento de riscos já realizado;
- decisão se os níveis de risco residual são toleráveis;
- se não forem toleráveis, a definição e implementação de um novo tratamento para os riscos; e
- avaliação da eficácia desse tratamento.

As opções de tratamento de riscos não são necessariamente mutuamente exclusivas ou adequadas em todas as circunstâncias. As opções podem incluir os seguintes aspectos:

- ação de evitar o risco ao se decidir não iniciar ou descontinuar a atividade que dá origem ao risco;
- tomada ou aumento do risco na tentativa de tirar proveito de uma oportunidade;
- remoção da fonte de risco;
- alteração da probabilidade;
- compartilhamento do risco com outra parte (incluindo contratos e financiamento do risco);
- retenção (aceitação) do risco por uma decisão consciente e bem embasada; e
- acionamento do plano de contingência.

Selecionar a opção mais adequada de tratamento de riscos envolve equilibrar, de um lado, os custos e os esforços de implementação e, de outro, os benefícios decorrentes, considerando benefícios financeiros, requisitos legais, regulatórios, responsabilidade sociambiental, entre outros.

Monitoramento e análise crítica: O monitoramento e a análise crítica devem envolver checagem ou vigilância regulares, objetivando:

- garantir que os controles sejam eficazes e eficientes;
- obter informações adicionais para melhorar o processo de avaliação dos riscos;
- analisar os eventos de risco, mudanças, tendências, sucessos e fracassos e aprender com eles;
- detectar mudanças no contexto externo e interno, incluindo alterações nos critérios de risco e no próprio risco, as quais podem requerer revisão dos tratamentos dos riscos e suas prioridades; e
- identificar os riscos emergentes.

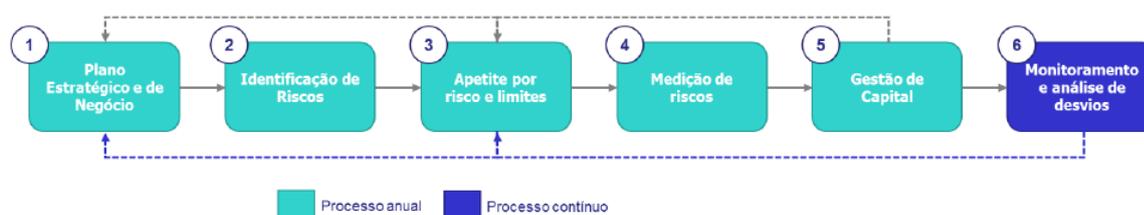
Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

Além da criação da nova estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos, a Resolução 4.557 do Bacen instituiu a Declaração de Apetite a Riscos das Instituições Financeiras.

A RAS constitui peça fundamental da gestão dos riscos da instituição, visto que, explicita o apetite a risco que o BS2 considera aceitável na busca para atingir seus objetivos estratégicos. A RAS considera:

- Todos os tipos de riscos inerentes aos objetivos estratégicos e ao modelo de negócio da instituição e seus respectivos níveis;
- Métricas, que são monitoradas e reportadas periodicamente e que, em caso de desvios, são submetidas a planos de ação para tratamento;
- O detalhamento de sua governança a partir da definição das responsabilidades dos envolvidos.

A definição de apetite por risco do BS2 é integrada com os processos de planejamento estratégico da instituição, de modo que sempre exista um processo de melhoria contínua. O BS2 adota o seguinte modelo:



1. Definição dos objetivos estratégicos da instituição e as iniciativas para sua execução;
2. Identificação dos riscos associados ao plano de negócio contemplando inclusive aqueles quantificáveis e não quantificáveis;
3. Definição do apetite a risco da instituição e seus limites;
4. Realização de projeções e testes de estresse em relação à demonstração de resultados, balanço, capital regulatório e capital econômico;
5. Adequação de capital, alterações no apetite a riscos ou modificações na estratégia do negócio. Os processos de 1 a 5 ocorrem com a periodicidade máxima anual;

6. Realização de acompanhamento do apetite a riscos e da estratégia da instituição, garantindo assim melhoria contínua.

Desta forma, o BS2 estabelece o nível geral de risco que está disposto a assumir visando desenvolver seus objetivos estratégicos e seus planos de negócio e, ao mesmo tempo, atendendo aos requerimentos regulatórios.

Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco BS2 são estruturadas e reavaliadas anualmente. Além disso, são alinhadas com a estratégia e objetivo da Instituição, em consonância com exigências divulgadas pelos órgãos reguladores e às melhores práticas do mercado, possibilitando um crescimento sustentável e maior eficiência na gestão do capital.

As informações de Gestão de Risco e Capital têm por conceituação básica as funções de auxílio na tomada de decisão e na definição de novas estratégias para a gestão do negócio e o estabelecimento do limite de tolerância à exposição aos riscos bem como o atendimento aos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador para Basileia III.

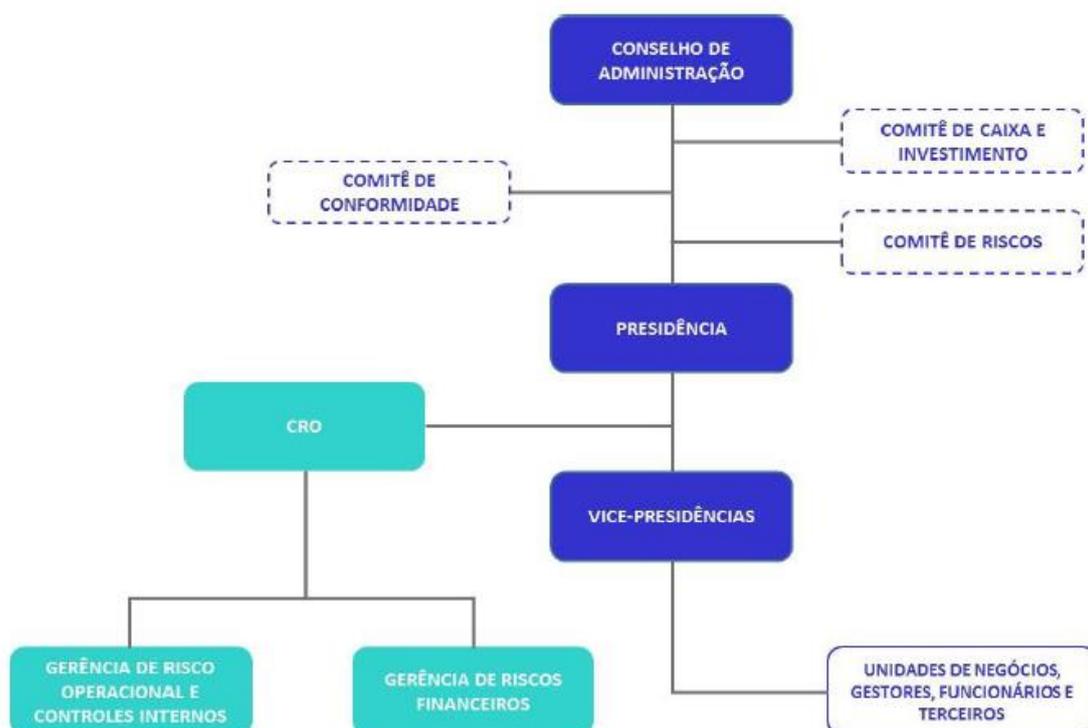
As práticas de gestão de risco e capital em vigor hoje na Instituição são: Gestão de Capital, Gestão de Risco de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Sócio Ambiental, e Continuidade do Negócio.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

A Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital visa permitir que o processo de gestão de riscos ocorra de forma eficiente e conforme os objetivos e estratégias definidas pela instituição.

Todos os riscos, em suas diversas manifestações, são geridos e controlados por áreas e profissionais especificamente designados. A estrutura organizacional preserva o princípio da independência no que tange as atividades de segunda linha de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes.

Segue abaixo o organograma da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital no Banco BS2.



Responsabilidades:

Conselho de Administração

- Fixar os níveis de apetite a riscos da organização na RAS e revisá-los com periodicidade mínima anual, com o auxílio, da diretoria e do CRO;
- Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual:
 - Políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos e capital;
 - Programa de testes de estresse;
 - Políticas para a gestão de continuidade de negócios;
 - Plano de contingência de liquidez; e
 - Plano de capital.
- Assegurar a aderência da organização às políticas, estratégias e níveis adequados e suficientes de gerenciamento de riscos, capital e liquidez;
- Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- Aprovar alterações em decorrência de riscos associados a mudanças significativas de modelos de negócios, novos produtos, serviços, processos, políticas e estratégias da organização;
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos níveis de apetite a riscos fixados na RAS;
- Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na organização;

- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- Garantir que a estrutura remuneratória adotada pela organização não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite a riscos fixados na RAS;
- Aprovar a nomeação/destituição do CRO.

Presidência e Vice-Presidências:

- Avaliar e aprovar as decisões da Diretoria;
- Definir alçadas decisórias relacionadas à estrutura de Gestão de Riscos e Gestão de Capital;
- Instituir o processo de aculturação para gestão de riscos, garantindo que o tema seja amplamente divulgado em toda a organização.;

Comitê de Caixa e Investimento

- Analisar as projeções de caixa da instituição;
- Definir estratégias a serem adotadas para suprir as necessidades de caixa;
- Definir mudanças no perfil das captações;
- Deliberar sobre eventuais alocações do caixa excedente;
- Avaliar os resultados das simulações de estresse e os impactos no resultado e no capital;
- Definir o tratamento às exposições aos riscos de mercado.

Comitê de Conformidade

- Supervisionar os processos de Compliance, Controles Internos, PLD, Risco Operacional, Responsabilidade Socioambiental e Ética, propondo ações e melhorias, assessorando o Conselho de Administração na manutenção da conformidade das Empresas BS2.

Comitê de Riscos

- Discutir e recomendar a adoção de políticas, processos e controles adequados para assegurar a identificação dos riscos;
- Discutir os níveis de apetite de risco documentados na RAS, bem como estratégias e planilhas para sua gestão, considerando os riscos de forma individual e agregada;
- Acompanhar a adequação da gestão de riscos operacionais, crédito, mercado, liquidez, socioambiental, reputacional, regulatórios, infraestrutura de tecnologia e quaisquer outros riscos que se tornem relevantes para a instituição;
- Acompanhar a disseminação das informações, para que sejam efetuadas por meio de processo estruturado de comunicação interna e externa;
- Propor o monitoramento e acompanhamento de concentração de riscos considerados relevantes;
- Monitorar e recomendar políticas de gerenciamento de riscos, estratégias e limites para a aprovação e validação do Conselho de Administração.

Chief Risk Officer (CRO)

- Supervisionar o desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Garantir a adequação da RAS aos objetivos estratégicos da organização, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos;
- Garantir que o conteúdo da RAS seja observado pela organização;
- Apoiar o Conselho de Administração na construção e revisão do programa de testes de estresse;
- Garantir a adequada capacitação dos integrantes das áreas de gerenciamento de riscos, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvido por terceiros;
- Subsidiar e participar ativamente do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e capital auxiliando o processo de decisão do Conselho de Administração;
- Assegurar que o acultramento para gestão de riscos seja amplamente realizado para toda a organização;

Gerência de Risco Operacional e Controles Internos e Gerência de Riscos Financeiros

- Trabalhar em conjunto com as áreas de 1ª linha de defesa para garantir a identificação, avaliação, tratamento e reporte dos riscos de seu negócio;
- Atuar diretamente no acultramento da organização, por meio de disseminação do conhecimento para todas as áreas da organização, objetivando aderência e comprometimento na gestão dos riscos;
- Documentar, divulgar e disponibilizar metodologias, modelos e ferramentas que proporcionem a gestão efetiva dos riscos;
- Estabelecer a estrutura geral de procedimentos para a gestão de risco e atividades de controle;
- Revisar e fornecer parecer independente sobre:
 - O processo de identificação e avaliação de riscos;
 - O cumprimento dos limites de métricas de riscos, em particular sobre os níveis de apetite a riscos e, em caso de desvios, sobre os planos de remediação apresentados pela 1ª linha de defesa;
 - A estrutura e o exercício de monitoramento de riscos executado pela 1ª linha de defesa e o cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos;
 - O grau de aderência dos processos e da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas, indicando de forma independente exposições de risco material, falhas e apontamentos regulatórios, a fim de fornecer transparência em relação aos riscos e suportar tomadas de decisões.
- Prover o CRO de todas as informações necessárias para o acompanhamento dos riscos, bem como para deliberar sobre a adequação a RAS e a estrutura de gestão de riscos.

Unidades de negócio, gestores, funcionários e terceiros (1ª linha de defesa)

- Implantar e gerenciar procedimentos de controle e processos que garantam níveis aceitáveis de exposição a riscos conforme RAS, aderência a políticas internas e regulamentações externas;
- Executar planos de ação corretivos e/ou preventivos para mitigação dos riscos;
- Atuar como agente de aculturação, difundindo a importância do gerenciamento de riscos;
- Comunicar de maneira transparente seus riscos, incluindo incidentes ocorridos, às partes interessadas.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva de riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre importância do seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações de aculturação de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão de encontro ao que a empresa prega.

Comunicação Interna

O monitoramento e a comunicação dos riscos são realizados através de:

- Indicadores.
- Relatórios gerenciais cuja estrutura e a periodicidade são determinadas conforme o risco abordado, que será tratado de forma detalhada posteriormente.

O reporte da exposição ao risco é realizado via estrutura de Comitês, assegurando que as políticas sejam implementadas e seguidas, bem como as estratégias e objetivos da instituição.

5. GESTÃO DO CAPITAL

Em 1988 foi realizado o primeiro Acordo de Basileia com o intuito de conferir maior força à regulação dos sistemas financeiros. Este primeiro acordo passou a estabelecer um padrão uniforme para apuração do capital regulatório mínimo requerido aos bancos, além de apresentar parâmetros para a adequação dos riscos de crédito e de mercado, facilitando assim o acompanhamento e a comparação entre as instituições financeiras.

A partir deste primeiro acordo, o Comitê de Basileia aprimorou as regras, e hoje temos implantado no mercado brasileiro o Acordo de Basileia III, que tem como foco um sistema bancário resiliente com base em um desenvolvimento econômico sustentável e padroniza uma série de elementos na estrutura de capital com o intuito de conter riscos sistêmicos. Estas novas regras de Basileia III tem como objetivo melhorar a capacidade de absorção, pelo sistema bancário, de choques decorrentes de cenários adversos pelos quais o sistema financeiro e econômico possa vir a passar.

O Banco BS2 reconhece a importância do gerenciamento de riscos para se manter uma instituição sólida, por isso, concomitantemente com a adequação as normas e a geração dos documentos regulatórios ao Banco Central do Brasil, mantém uma postura proativa e realiza um monitoramento contínuo dos riscos aos quais a instituição está sujeita. Entre as atividades realizadas, podemos destacar:

- Criação de uma estrutura de gerenciamento de risco;
- Avaliação da exposição dos produtos e possíveis hedges;
- Análises de evolução do Basileia e gráficos comparativos;
- Projeção do índice Basileia;
- Plano de contingência para cenários de stress;
- Análise das melhores metodologias para cálculo do risco operacional.

Todas as informações referentes à gestão de riscos são direcionadas e avaliadas pelos comitês responsáveis, que as utilizam na definição do planejamento estratégico além de auxiliar nas tomadas de decisões das áreas de negócios.

Processo de Adequação do Patrimônio de Referência

A gestão de capital no Banco BS2 é integrada com o ambiente econômico e comercial em que atua, tendo como foco principal o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. A gestão de riscos financeiros da instituição reflete um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Desta forma, garante-se uma base sólida de capital para atender os requerimentos obrigatórios, o desenvolvimento do banco e assegurar que os riscos assumidos estejam dentro dos limites previstos pela instituição.

A Área de Riscos é responsável por definir as metodologias de avaliação de riscos e de cálculo de capital, bem como revisar os documentos e temas relativos à gestão do capital. Ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de aprovar as metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital.

O acompanhamento e a manutenção do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital da instituição são feitos conforme os requerimentos mínimos definidos na Resolução 4.193 e Resolução 4.192, de 1º de Março de 2013 / CMN .

Além das parcelas dispostas na Resolução 4.193/2013 CMN, as instituições também devem alocar PR para as operações não classificadas na carteira de negociação (Banking), sendo denominado este risco de Risk Banking. A metodologia adotada no Banco BS2 para tal mensuração é o modelo Paramétrico, que segue uma distribuição normal.

Os requerimentos mínimos calculados pelo Banco BS2 são demonstrados no formato de índices, que representam a relação entre o capital disponível (patrimônio calculado conforme normas do BACEN) e os ativos ponderados pelo risco.

Para o cálculo aplicado à apuração dos ativos ponderados pelo risco de crédito, mercado e operacional, utiliza-se dos modelos padronizados definidos pelo órgão regulador. Para o cálculo do Risco Operacional o Banco BS2 definiu, em consonância com a Resolução nº. 3.380/06 CMN , a adoção da abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de risco operacional (RWAOPAD). Além dos requerimentos mínimos, a Resolução 4.193/2013 CMN também estabelece o cálculo do Adicional de Capital (ACP), que aumenta a necessidade de capital da instituição no decorrer do tempo. O Adicional de Capital é composto por adicional de conservação (ACP_{Conservação}), adicional contracíclico (ACP_{Contracíclico}) e adicional sistêmico (ACP_{Sistêmico}).

A seguir, serão demonstrados os requerimentos mínimos citados acima e os referentes índices.

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

O Patrimônio de Referência (PR), definido a partir da Resolução nº 4.192 de, 1º de março de 2013/CMN, é composto por Nível I (somatório do Capital Principal e do Capital Complementar) e Nível II (instrumentos de dívida subordinada que atendam aos requisitos de elegibilidade).

A tabela a seguir apresenta o detalhamento das informações trimestrais relativas ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro, apurados conforme normas estabelecidas.

Descrição	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Patrimônio de Referência Total - PR	281.484	336.918	346.136	275.640
Patrimônio de Referência - Nível I	235.595	250.585	259.802	197.607
Capital Principal - CP	235.595	250.585	259.802	197.607
Capital Social	261.721	261.721	261.721	211.721
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	48.945	30.877	30.877	30.877
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	1.179	1.588	1.948	2.482
Sobras ou Lucros Acumulados	-	17.903	17.935	-
Contas de Resultado Credoras	-	197.812	-	233.088
Depósito Para Suficiência de Capital	-	-	-	-
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos	-	-	-	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-	-	-	-
Excesso De Capital Principal Ajustado em Relação ao Capital Social	-	-	-	-
Deduções do Capital Principal Exceto Ajustes Prudenciais	-	(193.731)	-	(227.035)
Perdas não realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	-	-	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	(193.731)	-	(227.035)
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	(60.294)	(47.628)	(38.672)	(32.016)
Prudencial IV - Investimentos Inferiores	-	-	-	-
Ajustes Prudenciais V e VII - Créditos Tributários de Diferença Temporária e Investimentos Superiores em Assemelhadas	(15.956)	(17.959)	(14.008)	(21.511)
Capital Complementar - CC	-	-	-	-
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-	-	-
Ações em tesouraria a serem deduzidas do capital complementar	-	-	-	-
Participações de não controladores	-	-	-	-
Excesso de dedução de investimento em outras entidades no Nível II	-	-	-	-
Investimento em Outras Entidades Deduzido do Capital Complementar	-	-	-	-
Patrimônio de Referência - Nível II	45.890	86.334	86.334	78.033
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	45.890	86.334	86.334	78.033
Diferença Entre Valor Provisionado e Perda Esperada na Abordagem IRB Limitada a 0,6% do RWACIRB	-	-	-	-
Ações em Tesouraria a serem deduzidas do nível II	-	-	-	-
Participações de Não Controladores no Nível II	-	-	-	-
Investimento em Outras Entidades Deduzido do Nível II	-	-	-	-

Detalhamento dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Considerando a Resolução CMN 4.193, que define o cálculo do RWA, temos que a apuração deve ser feita conforme regra abaixo:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Onde:

- RWA_{CPAD} = relativa às exposições ao risco de crédito, conforme abordagem padronizada;

- RWAMPAD= relativa às exposições ao risco de mercado, conforme abordagem padronizada;
- RWAOPAD= relativa às exposições ao risco operacional, conforme abordagem padronizada;

Onde o RWAMPAD é composto por:

- RWAJUR1 = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real;
- RWAJUR2 = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- RWAJUR3 = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços;
- RWAJUR4 = relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros;
- RWAACS = relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações;
- RWACOM = relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities);
- RWACAM = relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.

A tabela abaixo apresenta a evolução do RWA do Banco BS2.

		<i>R\$ mil</i>			
Descrição		Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Ativos Ponderados por Risco (RWA)		2.448.600	2.412.847	2.201.763	2.093.400
Risco de Crédito (RWAcpad)		1.865.855	1.896.147	1.664.720	1.538.174
Risco de Mercado (RWAjur + RWAcam + RWAacs + RWacom)		241.035	174.989	71.387	89.570
Taxa de Juros					
	RWAjur1	68.775	108.682	6.148	18.075
	RWAjur2	5.860	3.879	10.956	13.724
	RWAjur3	17.705	719	744	899
	RWAjur4	365	346	330	338
Ações	RWAacs	48.536	22.543	21.767	26.722
Commodities	RWacom	183	173	165	169
Cambial	RWacam	99.611	38.647	31.278	29.644
Risco Operacional (RWAopad)		341.711	341.711	465.655	465.655

No trimestre encerrado em Dezembro de 2018, o Banco BS2 registrou um Patrimônio de Referência Exigido (PRE) de R\$ 2.448 milhões.

Acompanhamento do Índice de Basileia e Margem

De acordo com a Resolução 4.193/13 CMN, o requerimento mínimo de PR corresponde à aplicação do Fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a:

- I – 11%, de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015;
- II - 9,875% de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016;
- III - 9,25% de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;

IV - 8,625%, de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018;

V - 8%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Logo, o cálculo do requerimento mínimo ou Índice de Basileia, obedece ao seguinte cálculo:

$$IB = \frac{PR}{(F \times RWA)}$$

Onde:

PR = Patrimônio de Referência.

F = fator determinado pelo BACEN e aplicável ao RWA;

RWA = $RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD} + RWA_{MPAD}$;

Além disso, o BACEN também exige que seja feita a apuração da margem (ou insuficiência) de capital da instituição em relação ao limite considerado.

O cálculo da Margem é:

$$MARGEM = PR - RWA - R_{BAN}$$

Onde:

PR = Patrimônio de Referência.

RWA = Ativos Ponderados pelo Risco.

R_{BAN} = Risk Banking

Abaixo, seguem os dados referentes ao Índice Basileia, Índice Nível I, Índice Capital Principal e a Margem.

Descrição	<i>R\$ mil</i>			
	43.435	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Patrimônio de Referência - PR	281.484	336.918	346.136	275.640
Patrimônio de Referência - Nível I (i)	235.595	250.585	259.802	197.607
Capital Principal - CP	235.595	250.585	259.802	197.607
Capital Complementar - CC	-	-	-	-
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.448.600	2.412.847	2.201.763	2.093.400
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	211.192	208.108	189.902	180.556
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para RBAN	234.715	219.795	209.224	185.316
Indicador de Basileia III	11,50%	13,96%	15,72%	13,17%
Índice Capital Principal	9,62%	10,39%	11,80%	9,44%
Índice Nível I	9,62%	10,39%	11,80%	9,44%

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2018, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao Patrimônio de Referência Exigido) de 11,50% que se encontra em conformidade com o exigido pelo Banco Central do Brasil, uma vez que o mínimo requerido é de 8,625%. Para os Índices de Nível I e Capital Principal, o indicador registrou 10,39%, ambos acima do mínimo exigido pelo órgão regulador (6% e 4,5%, respectivamente). Desta forma, a exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento do Banco BS2 S.A. encontra-se em conformidade com a regulamentação do órgão supervisor e com as melhores práticas de mercado.

Acompanhamento do Adicional de Capital Principal

A partir de Janeiro de 2016, entrou em vigor a exigibilidade do Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde à soma das parcelas descritas abaixo:

- I. ACP_{conservação}, correspondente ao Adicional de Capital de Conservação de Capital Principal;
- II. ACP_{contracíclico}, correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital Principal; e
- III. ACP_{sistêmico}, correspondente ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal.

O valor detalhado destas parcelas é apresentado à seguir:

	<i>R\$ mil</i>			
Valor requerido de Adicional de Capital Principal	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
de Conservação	45.911	45.241	41.283	39.251
Contracíclico	-	-	-	-
de Importância Sistêmica	-	-	-	-

Para o cálculo da parcela de Adicional de Capital Contracíclico, o BACEN estabelece a metodologia de apuração através da Circular 3.769/2015, para que as instituições que não optarem pela prerrogativa de utilizar o percentual máximo previsto na Resolução 4.193/2013 CMN.

Acompanhamento da Razão de Alavancagem

Um dos pontos incluídos pela Basileia III, o índice denominado Razão de Alavancagem tem como objetivo restringir a alavancagem excessiva dos bancos – e, portanto, os potenciais efeitos negativos que um processo de desalavancagem poderia acarretar para o sistema financeiro. Seu objetivo é reforçar os requerimentos de capital tradicionais, baseados numa medida ponderada pelo risco, através de uma medida simples, sem ponderação, que servisse como um limiar para operação das instituições bancárias.

A justificativa para a adição desse novo limite sem ponderação está relacionada ao fato de que, no período pré-crise, diversas instituições apresentaram níveis de capital regulamentar considerado sólido, com folga em relação à exigência de Basileia II, porém níveis de alavancagem excessivos que acabaram por requerer um

processo agudo de desalavancagem no momento mais severo da crise, contribuindo para a espiral negativa de preços dos ativos.

O requerimento mínimo para a razão de alavancagem deverá ser definido somente a partir de 2018. Atualmente o Banco Central não definiu um limite, mas segundo o BIS (Bank for International Settlements) o limite mínimo é de 3%.

O índice é definido conforme fórmula abaixo:

$$\text{Índice de Alavancagem} = \frac{\text{Medida de Capital}}{\text{Medida de Exposição}}$$

Quadro 2: Fórmula do Índice de Alavancagem
Fonte: BIS (2014, p.1)

Sendo que a Medida de Capital é o Capital Nível I.

E a Medida de Exposição: I - a aplicação de recursos financeiros em bens e direitos e o gasto ou a despesa registrados no ativo; II - os adiantamentos concedidos não registrados no ativo; III - o valor de referência ajustado nas operações com derivativos de crédito e o ganho potencial futuro nas operações com instrumentos financeiros derivativos; IV - o valor referente ao risco de crédito da contraparte em operações compromissadas e em empréstimos de títulos e valores mobiliários; V - o limite de crédito; VI - o crédito a liberar; e VII - a prestação de aval, fiança, coobrigação ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros; Deduzidos das provisões e rendas a apropriar.

Abaixo, segue o índice de alavancagem do Banco BS2, calculado conforme metodologia definida pela Circular 3.748 do BACEN:

Descrição	<i>R\$ mil</i>			
	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Medida de Capital	235.595	250.585	259.802	197.607
Medida de Exposição	6.045.145	5.258.099	4.114.201	4.122.324
Índice de Razão de Alavancagem	3,90%	4,77%	6,31%	4,79%

6. RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, a reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

Visando atender continuamente aos requerimentos regulatórios do Acordo Basileia III, da Resolução 4.557/17 do CMN e manter um ambiente de controles internos atualizados e monitorados, o Banco BS2 aplica diretrizes e práticas de gerenciamento de risco de crédito que além de fortalecer o negócio da Instituição, reforçam os princípios e viabilizam a missão e a visão da organização.

A Gestão do Risco de Crédito no Banco BS2 é constituída de uma estrutura que possibilita a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito associado às operações classificadas nas carteiras On-Balance – operações classificadas como de negociação ou não e Off-Balance.

Carteira On Balance	Operações próprias	Operações transferidas com retenção substancial de riscos e benefícios para outras instituições financeiras após a Resolução 3.533.
Carteira Off Balance	Operações transferidas com coobrigação para outras instituições financeiras antes da Resolução 3.533.	

As diretrizes são estabelecidas na Política de Gestão de Risco de Crédito do Banco BS2, que tem como objetivo instituir práticas comuns para o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito em consonância com a estratégia do negócio e a complexidade dos produtos da organização, observando ainda a conformidade dos critérios de atribuição de rating e de reconhecimento de receita, de acordo com os requisitos determinados na Resolução 2.682/1999 CMN e as regulamentações legais sobre o tema, especialmente a Resolução 4.557/17 CMN .

Sabendo que o risco de crédito é inerente ao negócio do Banco BS2, a Área de Riscos monitora continuamente as posições de risco por meio de modelos e metodologias que permitam sua identificação e controle, com o acompanhamento do desempenho da carteira, da inadimplência, das despesas de provisão, da mitigação do risco de crédito (análise das garantias e tipos de garantias), e da recuperação de prejuízo dentre outros indicadores, objetivando manter a exposição compatível com a estratégia de negócio da instituição.

Comunicação Interna

A comunicação relativa ao risco de crédito ao qual a instituição está sujeita é feita através de indicadores de performance e risco que são reportados à Alta Administração mensal e trimestralmente. Os relatórios reportados contêm análises de atraso e inadimplência, distribuição da carteira por rating, concentração geográfica, distribuição por faixa de atraso, análises setoriais e reportes de possíveis defaults. Nesses painéis são apresentados ainda testes de estresse que avaliam a capacidade de resiliência da organização em cenários adversos.

O principal objetivo dos relatórios de risco de crédito é permitir a avaliação da qualidade e nível de risco da carteira de ativos da instituição, viabilizando um monitoramento constante do risco, de forma que, atenda a estratégia do Banco BS2 em conceder créditos seguros, bem como pela habilidade em potencializar a relação risco versus retorno.

Análise e Concessão do Crédito

A Concessão do Crédito atende as diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Comitê Executivo de Crédito, assim como obedece às políticas e normas internas e dos órgãos reguladores garantindo o cumprimento da estratégia da Instituição e minimizando os riscos inerentes ao negócio.

As políticas de crédito determinam as alçadas, os limites e as funções dos comitês no processo de análise e concessão do crédito.

Os Comitês definem todos os parâmetros da aprovação (valores, prazos, validade e garantias exigidas), e, somente eles, dentro das alçadas competentes, podem alterar as condições propostas inicialmente. Os comitês de créditos estão estruturados em: Comitê Local, Comitê Pleno e Comitê Executivo/Superior de Crédito.

O processo de aprovação do crédito está centralizado na Matriz em Belo Horizonte. O segmento de Empresarial mantém Superintendências Comerciais regionalizadas, a saber: Matriz – Estado de MG, Superintendência SP, responsáveis pela prospecção de clientes e todo o processo de proposição de novos negócios. A análise do crédito considera variáveis como: o porte do cliente, segmento, situação econômico-financeira, o conglomerado, a capacidade de honrar seu crédito, a performance deste cliente em outros créditos, a área de atuação e ambiente externo.

Para a análise de risco de crédito, cabe ressaltar o risco de crédito da contraparte. Este risco é entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

Com o intuito de mitigar esse risco, o Banco BS2, no momento da concessão do crédito, adota práticas de análise do perfil de risco das contrapartes baseadas em modelos internos de atribuição de rating,

devidamente direcionada na Política de Análise e Concessão de Crédito. Nos casos de operações de Tesouraria, a adoção de ratings externos é prática essencial para viabilizar a mensuração do risco de crédito sem restringir a realização das operações no momento mais adequado para a instituição.

Mitigação do Risco de Crédito

As políticas de crédito determinam quais garantias são aceitáveis na concessão dos créditos para cada tipo de operação. As garantias, se consideradas como colaterais, reduzem a exposição ao risco do cliente podendo mitigar o risco e fortalecer a decisão da concessão do crédito.

Após a análise do crédito que já avaliou entre outras variáveis, porte, segmento, situação econômico-financeira, conglomerado, capacidade de honrar crédito, performance em outros créditos, área de atuação e setor, determina-se qual deve ser o percentual exigido de garantia e tipos de garantias aceitáveis para a solicitação de crédito de um dado cliente.

As garantias utilizadas para mitigação de risco podem ser aplicação financeira, alienação fiduciária de veículos, alienação fiduciária de máquina, alienação de imóveis, recebíveis performados, cheques, duplicatas, notas promissórias entre outros.

O monitoramento da cobertura das garantias é realizado por meio de Relatórios Gerenciais mensais e trimestrais elaborados pela área de Riscos, objetivando indicar a área Comercial e a Alta Administração o percentual de cobertura para cada tipo de crédito.

Classificação do Risco de Crédito

O Banco BS2 segue as determinações contidas na Resolução 2.682 do CMN, para Classificação de suas Operações de Crédito, adotando para os créditos até R\$ 50.000,00 o critério de atrasos.

Para os clientes com operações de crédito cujo saldo devedor seja superior à R\$ 50.000,00, o Banco desenvolveu um Modelo de Classificação inicial de Risco de Crédito próprio, além de observar o disposto na Resolução 2.682. Esta classificação é revisada mensalmente pelo critério de atraso – Resolução 2.682 – e, no mínimo semestralmente pelos critérios internos, do modelo interno.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições totais e médias de Risco de Crédito do Banco BS2 – operações de crédito, compromissos de crédito não canceláveis incondicional e unilateralmente pela instituição, avais, fianças e coobrigações – serão demonstradas abaixo.

Tipo de Exposição	R\$ mil			
	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Pessoa Física	23.422	28.606	32.963	36.746
Cartão de crédito, incluindo limites	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-
Veículos e arrendamento mercantil	1.997	2.820	3.630	5.036
Empréstimo consignado	7.411	10.355	13.619	17.578
Outros	14.014	15.431	15.714	14.132
Pessoa Jurídica	311.482	450.285	360.160	289.293
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	242.942	398.288	302.502	249.120
Importação e Exportação	-	1.615	10.002	11.447
Outros	68.540	50.382	47.656	28.726
Outras Exposições	5.532.588	4.606.078	3.467.118	3.487.389
Operações Compromissadas	1.018.595	595.295	95.395	172.040
Operações com TVM's e Instrumentos Derivativos	708.300	598.862	672.451	666.786
Outros Ativos	3.805.693	3.411.921	2.699.272	2.648.563
Total Exposição(*)	5.867.492	5.084.969	3.860.241	3.813.428
Média do Trimestre	5.412.485	3.168.294	3.831.824	3.472.937

Por Setor Econômico

No quadro a seguir demonstramos as exposições totais, segmentadas por setor econômico:

Setor Econômico	R\$ mil			
	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Administração pública	887.145	998.802	1.065.034	1.120.048
Administração Pública, Defesa e Seguridade	13.318	13.314	13.320	13.325
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	1.403	1.423	1.446	1.454
Alojamento e alimentação	12.058	139	2.343	2.272
Arte, Cultura, Esporte e Recreação	-	-	-	-
Atividades administrativas e serviços complementar	27.204	29.688	26.641	15.491
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	27.057	26.491	26.436	6.420
Atividades Imobiliárias	25.521	26.280	25.002	35.286
Atividades profissionais, científicas e técnicas	56.885	66.750	56.946	49.864
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	20.648	18.485	5.442	5.673
Construção	68.247	91.225	97.580	82.447
Educação	200	-	-	-
Eletricidade, gás e outras utilidades	1.373	5.403	6.848	6.703
Fabricação de equipamentos de informática	-	-	-	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	-	-	-
Indústrias de transformação	10.014	82.475	16.706	15.200
Informação e comunicação	80	39.209	9.753	2.551
Instituição financeira	4.437.395	3.187.488	2.121.747	2.105.378
Outras atividades de serviços	478	573	662	746
Outros	206.673	415.792	283.492	266.707
Pessoa física	30.554	35.442	40.737	40.937
Saúde humana e serviços sociais	12.417	16.581	26.694	10.628
Transporte, armazenagem e correio	28.822	29.409	33.412	32.298
Exposição Total	5.867.492	5.084.969	3.860.241	3.813.428

Por Região Geográfica

Abaixo seguem as informações para as exposições totais segmentadas por região geográfica e por tipo de exposição do risco:

	Dezembro/2018							Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Exterior	Total Geral	Total Geral	Total Geral	Total Geral
Pessoa Física	1.461	12.307	809	2.382	6.462	-	23.421	28.606	32.963	36.746
Cartão de crédito, incluindo limites	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos e arrendamento mercantil	-	1.997	-	-	-	-	1.997	2.820	3.630	5.036
Empréstimo Consignado	1.461	2.403	809	2.382	355	-	7.410	10.355	13.619	17.578
Outros	-	7.907	-	-	6.107	-	14.014	15.431	15.714	14.132
Pessoa Jurídica	38.807	249.425	-	18.988	4.263	-	311.483	450.285	360.160	289.293
Capital de giro, desconto de títulos e conta	38.807	195.100	-	4.772	4.263	-	242.942	398.288	302.502	249.120
Importação e Exportação	-	-	-	-	-	-	-	1.615	10.002	11.447
Outros	-	54.325	-	14.216	-	-	68.541	50.382	47.656	28.726
Outras Exposições	79.453	4.756.682	394	774	633.315	61.970	5.532.588	4.606.078	3.467.118	3.487.389
Operações Compromissadas	-	1.018.540	-	-	-	55	1.018.595	595.295	95.395	172.040
Operações com TVM's e Inst. Derivativos	1.373	297.855	-	-	409.072	-	708.300	598.862	672.451	666.786
Outros Ativos	78.080	3.440.287	394	774	224.243	61.915	3.805.693	3.411.921	2.699.272	2.648.563
Total Exposição(*)	119.721	5.018.414	1.203	22.144	644.040	61.970	5.867.492	5.084.969	3.860.241	3.813.428

Por Prazo a Decorrer

No quadro a seguir demonstramos as exposições, segmentadas de acordo com o prazo a decorrer das mesmas:

Tipo de Exposição	R\$ mil			
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Pessoa Física	1.976	1.813	18.530	15.991
Cartão de crédito, incluindo limites	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-
Veículos e arrendamento mercantil	503	1.480	13.593	15.943
Empréstimo consignado	1.473	333	4.937	48
Outros	-	-	-	-
Pessoa Jurídica	113.868	28.091	45.725	114.617
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	88.045	23.396	29.355	114.617
Importação e Exportação	-	-	-	-
Outros	25.823	4.695	16.370	-

(*) Operações de crédito, compromissos e coobrigações.

Por Atraso

Abaixo seguem as informações para as operações de crédito, compromissos e cobrigações em atraso, segregadas por Setor Econômico:

R\$ mil

Dezembro/2018							
	Indústria	Comércio	Outros Serviços	Financeira	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores	Pessoa Física	Total Geral
Atraso entre 15 e 60 dias	-	-	7.508	-	-	6.986	14.494
Atraso entre 61 e 90 dias	-	-	7.508	-	-	723	8.231
Atraso entre 91 e 180 dias	-	-	14.221	-	-	1.362	15.582
Atraso entre 181 e 360 dias	-	-	-	-	-	1.258	1.258
Atraso acima de 360	-	-	-	-	-	167	167

E informações de operações de crédito, compromissos e cobrigações em atraso, segmentadas por Região Geográfica:

R\$ mil

Dezembro/2018						
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Total Geral
Atraso entre 15 e 60 dias	52	8.018	50	64	6.310	14.494
Atraso entre 61 e 90 dias	51	2.136	1	3	3	2.193
Atraso entre 91 e 180 dias	65	5.940	10	9.567	1	15.582
Atraso entre 181 e 360 dias	107	1.056	22	68	5	1.258
Atraso acima de 360	3	108	5	47	4	167

Por Tomador

A seguir são demonstrados os níveis de concentração dos maiores tomadores distribuídos em 10 maiores, 20 maiores, 50 maiores e 100 maiores:

Cientes	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
10 Maiores	51,78%	39,84%	37,86%	41,50%
20 Maiores	74,01%	59,15%	54,10%	59,29%
50 Maiores	92,02%	83,51%	81,15%	81,68%
100 Maiores	96,39%	95,02%	94,13%	92,02%
Demais	3,62%	4,98%	5,87%	7,98%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Por Operações Baixadas para Prejuízo

Abaixo seguem as informações para o fluxo das operações baixadas para prejuízo:

	<i>R\$ mil</i>			
Fluxo das operações baixadas para prejuízo no trimestre	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Indústria	33	3	201	33
Comércio	-	-	-	-
Intermediários financeiros	-	-	-	-
Outros Serviços	4.867	406	6.793	831
Pessoa física	348	29	697	109
Total do Trimestre	5.248	438	7.691	973

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Abaixo seguem as informações para a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	<i>R\$ mil</i>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
	15.705	16.497	16.987	24.742

Cessão de Crédito

A cessão de uma operação de crédito é a negociação dessa operação entre duas partes, seja através da venda ou da transferência dessa operação.

As cessões de crédito para outros bancos são, na grande maioria, cessão com coobrigação, ou seja, o Banco BS2 transfere à outra instituição o direito do recebimento, porém existe a retenção do risco, conforme definido no “Manual de Informações de Negociação de Operações Documentos 3020/3030” do BACEN: “a coobrigação é um dos tipos de retenção de risco que um cedente pode assumir, caracterizada pela responsabilidade de pagar ou de substituir o crédito cedido em caso de inadimplência do tomador ou outras situações previstas no contrato de cessão.”.

As cessões de crédito para outros bancos eram as fontes de captação do Banco BS2. No entanto, após a parceria estratégica realizada com o Banco Santander Brasil, que resultou na criação do Olé Consignado S.A., o Banco BS2 procurou uma adequação de seu passivo à nova necessidade de funding, que foi reduzida pela cessão da carteira de crédito consignado.

Quanto ao fluxo de exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios, este foi finalizado em Março/2016, sendo assim não temos operações a demonstrar nos últimos quatro trimestres.

Quanto às informações das exposições cedidas sem retenção substancial dos riscos e benefícios, o Banco BS2 não possui mais este tipo de exposição. O saldo destas exposições foi finalizado em Março/2015.

Referente a informações e valores das operações cedidas com coobrigação que estão registradas em contas de compensação, e não no ativo, o Banco BS2 também não possui mais operações com essas características.

Operações de Securitização, venda ou transferência de ativos financeiros

O Banco BS2 possuía em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processo de securitização constituídos de cotas de fundos de investimentos FIDC's. Estes FIDC's se referiam a cotas subordinadas que deveriam ser mantidas em carteira até os respectivos prazos de resgate, estabelecidos nos regulamentos dos Fundos.

Em Junho de 2014, foi finalizado o processo de recompra das cotas destes FIDC's, sendo assim encerradas as atividades operacionais do Bonsucesso FIDC.

Em 2014, o BS2 anunciou uma joint venture com o Santander Brasil, para a formação de um novo Banco especializado em Crédito Consignado – Banco Olé Consignado. O objetivo desta parceria foi unir o conhecimento e a rede de relacionamento do BS2 com a força e solidez financeira do Santander. O Olé Consignado se tornou operacional na proporção de 60% Santander e 40% BS2 em fevereiro de 2015. Desta forma, grande parte da carteira de crédito consignado do foi vendida para o Banco Olé Consignado.

Como podemos ver abaixo, não houveram operações de venda de carteira nos últimos quatro trimestres.

R\$ mil

Saldo das Operações de Crédito Vendidas				
Tipo de Comprador	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/18
Instituições Financeiras	-	-	-	-

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para RWA segmentado por Fator de Ponderação de Risco

A seguir, serão apresentadas as informações quanto aos valores dos ativos ponderados referentes ao risco de crédito (RWACPAD), conforme regulamentação da Circular BACEN 3.644, segregados por fator de ponderação de risco (FPR).

R\$ mil

RWAcpad	Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
FPR 0%	-	-	-	-
FPR 2%	7	10	6	-
FPR 20%	485.765	402.922	319.765	304.843
FPR 35%	-	-	-	-
FPR 50%	376.059	284.759	180.481	146.643
FPR 75%	21.029	10.675	14.871	18.166
FPR 85%	33.751	48.122	43.776	61.235
FPR 100%	859.882	1.054.730	1.006.645	932.238
FPR 150%	-	-	-	-
FPR 250%	88.348	93.969	97.426	74.103
FPR 300%	-	-	-	-
FPR 1081,08%	-	-	-	-
FPR 1159,42%	1.014	960	921	947
CVA - Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte	-	-	830	-
Total de Exposição	1.865.855	1.896.147	1.664.720	1.538.174

* RWAcpad = RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada

Instrumentos Mitigadores

O instrumento mitigador possibilita a redução da exposição sujeita ao risco de crédito, conforme a garantia presente na operação e o crédito concedido.

São considerados instrumentos mitigadores de risco de crédito:

- I. Colateral Financeiro;
- II. Acordo bilateral para compensação e liquidação de obrigações;
- III. Garantia fidejussória; e
- IV. Derivativo de crédito.

A Circular 3.809/16 estabelece os critérios e FPR específicos para cada tipo de mitigador. Abaixo seguem as informações quanto à alocação de capital segmentada por FPR:

Tipo de Mitigador	FPR do Mitigador	Exposição Mitigada			
		Dezembro/2018	Setembro/2018	Junho/2018	Março/2018
Depósitos mantidos na própria instituição*	0%	996.797	573.832	149.800	10.203

* Depósitos a vista, depósitos a prazo, depósitos de poupança, em ouro ou em títulos públicos federais.

7. RISCO DE MERCADO

Entende-se como risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do grupo, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, taxas de juros, preços das ações e preços das mercadorias (commodities), e os demais índices referentes a estes fatores de riscos.

Para a gestão do risco de mercado, o Banco BS2 possui uma estrutura que é composta por dois níveis hierárquicos, cada qual com diferentes atribuições e responsabilidades:

- Comitê de Riscos;
- Área de Riscos.

A Área de Riscos do Banco BS2, subordinada à Diretoria Executiva de Finanças e Riscos é, nos termos da Resolução 4.557/17 do CMN, a unidade responsável pelo gerenciamento de risco de mercado do Grupo BS2, como um todo, e de cada uma de suas empresas, assim como pela identificação e acompanhamento do risco de mercado das empresas não financeiras integrantes.

A avaliação dos riscos de mercado utiliza-se da segregação das operações entre Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação (conforme definição dos critérios mínimos estabelecidos pela Circular BACEN 3.354 para classificação das operações).

O processo de gerenciamento é suportado por sistema informatizado, cujas principais funções são:

- A captura das posições em todos os fatores de risco relevantes – tanto das operações incluídas na carteira de negociação, quanto das demais – carteira banking – diretamente dos sistemas legados (basicamente, sistemas que controlam os produtos de ativos e de passivos);
- A busca das informações de valores de mercado diretamente dos sites dos órgãos fornecedores, tais como ANBIMA, BACEN e B3;
- O cálculo do valor em risco e das parcelas de patrimônio de referência exigido para cada fator de risco de mercado;
- A geração automática de arquivos a serem transmitidos aos órgãos supervisores;
- A emissão de relatórios diários e mensais de controle e de acompanhamento gerencial.

Os modelos de medição de riscos, no caso da carteira de negociação, são aqueles definidos nos normativos do CMN e do BACEN. No caso da carteira de não negociação, para todos os fatores de risco, é efetuado o cálculo do Valor em Risco (VaR) diário através de modelo paramétrico. Esta metodologia mede, sob condições normais de mercado, a máxima perda esperada de um portfólio, com determinado grau de confiança, para um dado horizonte de tempo.

Além disso, o processo é revisto periodicamente buscando estar de acordo com as normas e também estar de acordo com os objetivos estratégicos da instituição.

Comunicação Interna

A Carteira de Negociação é acompanhada diariamente através do demonstrativo diário de acompanhamento das parcelas de requerimento de capital e dos limites operacionais, que é enviado ao BACEN, e de relatório gerencial que é enviado à Alta Administração, no qual é monitorado o cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Tesouraria da Instituição. Quando a exposição atinge o limite pré-estabelecido é enviado um alerta às áreas responsáveis e para o Comitê de Riscos para alerta e acompanhamento bem como para a tomada de medidas cabíveis para redução da exposição quando necessário.

Além do relatório diário, são elaborados também os seguintes relatórios:

- Relatório Trimestral de Risco de Mercado, onde são demonstrados os fluxos de caixa por indexador e tipo de produto, os descasamentos e os hedges utilizados para mitigação dos riscos das operações;
- Análise de Capital (periodicidade - mensal), que demonstra a variação das parcelas de risco de mercado alocadas conforme Circulares 3.637/13, 3.635/13, 3.636/13, 3.638/13, 3.639/13, 3.641/13, no período de análise, e o impacto no Índice de Basileia.

Os dois relatórios são encaminhados ao Comitê de Riscos, contendo as informações da Carteira Banking e de Negociação.

Risco de Taxa de Juros e Ações

O risco de taxa de juros é a perda potencial associada a variações no mercado sobre os descasamentos de indexadores, prazos e entre aplicações e captações.

O acompanhamento da carteira pré-fixada é realizado através de análises diárias do movimento da taxa de juros e, caso haja uma movimentação inesperada, é convocado o Comitê de Riscos para deliberar sobre a situação.

Para avaliações trimestrais são gerados relatórios nos quais são identificados e analisados os descasamentos por fator de risco, possibilitando um acompanhamento de todo o fluxo, agrupados por ativos e passivos e o consolidado do Banco BS2.

Trimestralmente são realizados testes de stress, que estimam a variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação. Tais testes têm como objetivo a utilização de um choque

compatível com o 1º e 99º percentil. Os testes também estimam a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros, necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação, correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência.

O Risco de Ações do Banco BS2 é calculado conforme Circular 3.638/13 e a alocação cumpre as determinações regulatórias. Porém, cabe observar que, para derivativos (opções e termos), o Banco BS2 não opera em descoberto, reduzindo potencialmente o risco inerente da operação.

O Banco BS2 não possui depósitos de poupança e o volume de depósitos à vista é inexpressivo em comparação com o volume total das operações. Desta forma não são realizadas premissas para estes tipos de operações.

Risco da taxa de juros na carteira de não negociação

Para a avaliação do risco da taxa de juros na carteira de não negociação utiliza-se da metodologia de marcação a mercado dos produtos, verificando a sensibilidade dos mesmos às variações das taxas de juros.

A tabela abaixo mostra a sensibilidade do valor das posições da carteira de não negociação a mudanças nas curvas de juros.

Valores em R\$ mil

Carteira Banking	Exposições	Em 31/12/2018 (*)			
		Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenário I	Cenário II
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(26)	(4.775)	(9.287)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras		(71)	(64)	(126)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial		64	(1.605)	(3.209)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		(23)	(2.199)	(4.330)
Demais	Demais fatores de risco		15.762	(1.896)	(3.809)
TOTAL SEM CORRELAÇÃO			15.706	(10.538)	(20.760)
TOTAL COM CORRELAÇÃO			10.518	(8.358)	(16.428)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais

Para fins de mensuração da sensibilidade, foram utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de um ponto básico nas curvas de juros prefixados, cupom cambial, e índice de preços, e 1% nos preços de moedas e ações, que tem como base as informações com data base de 31/12/2018, divulgadas pelo mercado (BM&F Bovespa, Anbima, etc.);
- Cenário II: Choques de mais e menos 25%, com base nas informações do mercado para a data base de 31/12/2018, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Choques de mais e menos 50%, com base nas informações do mercado para a data base de 31/12/2018, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Exposição do Risco de Mercado de Derivativo por Fator de Risco

Abaixo seguem as informações quanto às exposições de Risco de Mercado segmentadas por Fator de Risco e posições vendidas e compradas de derivativos:

Instituição Financeira Individual

Em 31 de Dezembro de 2018 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão		232.840	(232.840)
	Bolsa	141.545	2.172	139.373
Câmbio	Balcão	232.840		232.840
	Bolsa	2.172	27.150	(24.978)
Preço Ações	Balcão			-
	Bolsa			-

Instituição Financeira Individual

Em 30 de Setembro de 2018 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão		245.105	(245.105)
	Bolsa	183.813	40	183.773
Câmbio	Balcão	245.105		245.105
	Bolsa	40	72.871	(72.830)
Preço Ações	Balcão			-
	Bolsa			-

Instituição Financeira Individual

Em 30 de Junho de 2018 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão		228.226	(228.226)
	Bolsa	75.125		75.125
Câmbio	Balcão	228.226		228.226
	Bolsa		73.657	(73.657)
Preço Ações	Balcão			-
	Bolsa			-

Instituição Financeira Individual

Em 31 de Março de 2018 - R\$ mil

Fator de Risco	Mercado	Comprado	Vendido	Valor Líquido
Taxa de Juros	Balcão		202.360	(202.360)
	Bolsa	58.878		58.878
Câmbio	Balcão	202.360		202.360
	Bolsa		57.430	(57.430)
Preço Ações	Balcão			-
	Bolsa			-

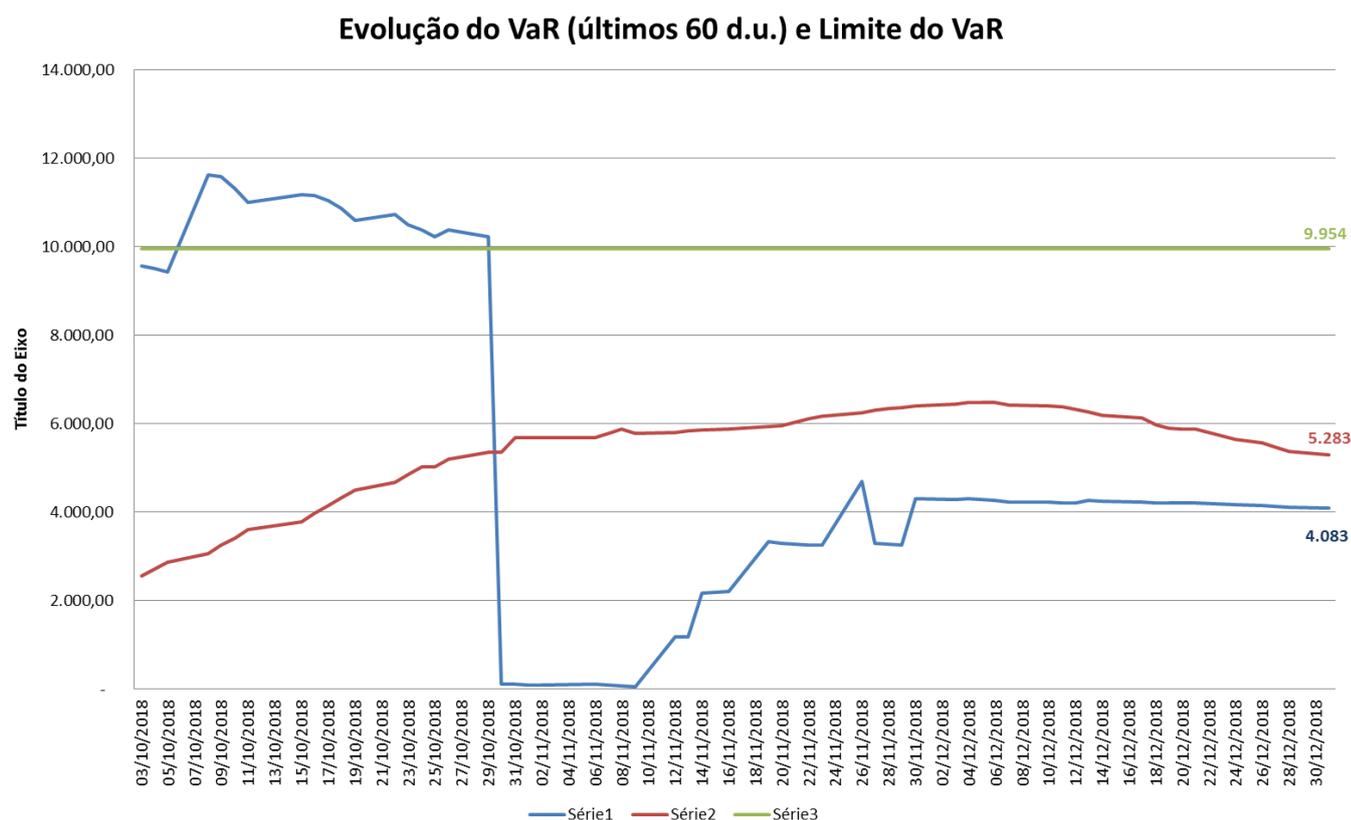
VaR (Valor em Risco)

O VaR resume em um único número a máxima perda esperada pela empresa, além de agregar todos os descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

É realizado o acompanhamento do VaR diário utilizando os seguintes parâmetros:

- Modelo: paramétrico;
- Distribuição: normal;
- Intervalo de confiança: 99%
- Modelo de volatilidade: variância;
- Período: 10 dias.

Abaixo será demonstrado o VaR para os últimos 60 dias. Nele podemos verificar que o valor esteve abaixo do limite estabelecido pela instituição durante todo o período.



A eficácia do modelo probabilístico utilizado no cálculo do VaR é comprovada pelo teste de aderência da carteira, onde são considerados ganhos e perdas hipotéticos considerando o VaR diário. É importante ressaltar que o número de desvios do limite estabelecido de VaR deve ser compatível com a hipótese de intervalo de confiança de 99%, para uma janela de 252 dias úteis.

O teste de aderência com intervalo de confiança de 99% e 252 dias úteis apresentou apenas uma falha em relação aos resultados efetivos e hipotéticos para o período analisado, comprovando assim a confiabilidade do modelo utilizado.

8. RISCO LIQUIDEZ

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Sendo assim, o Risco Liquidez origina-se quando há ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passíveis exigíveis (descasamentos), ou seja, entre obrigações a pagar e direitos a receber que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação.

A política do Grupo BS2 para o gerenciamento do risco de liquidez visa buscar uma gestão eficaz da liquidez. Uma gestão eficiente assegura a capacidade em honrar suas obrigações vigentes e futuras, inclusive às decorrentes de vinculação de garantia, mantendo a exposição ao risco de liquidez alinhada com as diretrizes da Diretoria e com as normas legais.

Processo de Gerenciamento de Risco Liquidez

A Gestão de Liquidez no Banco BS2 consiste no acompanhamento de liquidez no curto e longo prazo visando garantir o cumprimento de forma eficiente das suas obrigações esperadas e inesperadas, considerando inclusive vinculação e liberação de garantias, além de assegurar que a instituição mantenha a exposição de liquidez de acordo com as políticas e normas definidas pela instituição.

O processo de gestão de liquidez permite monitorar, identificar e analisar o caixa mínimo, a alocação do caixa excedente, os descasamentos de caixa, os resultados dos testes de stress, no curto e longo prazo. Este monitoramento é realizado em tempo hábil para oportunas revisões e retificações, definição das novas fontes de captação, projeções do crescimento da carteira, acionamento do plano de contingência de liquidez, sendo todas as decisões norteadas pelo planejamento estratégico da instituição.

As principais políticas e diretrizes do Banco BS2 são:

- Focar nossa atuação nos segmentos que conhecemos e para os quais possuímos expertise.
- Garantir, sempre que possível, a compatibilidade entre os prazos dos ativos e dos passivos.
- Manter o colchão de liquidez conforme o limite estabelecido na Política de Liquidez.
- Manutenção dos níveis adequados de capitalização.

O Comitê Caixa e Investimento é o responsável por definir a política de liquidez bem como alterações e ajustes desta política, sempre que julgar necessário. O processo consiste em reuniões mensais, onde é avaliado o ambiente de negócios, o comportamento das carteiras de ativos e passivos, os possíveis descasamentos, o nível de liquidez atual e o esperado para os próximos meses, considerando os volumes de novas operações de crédito, de resgates, de captações, de despesas, de taxas, dentre outros. Constatando-se variações relevantes ou deficiência da política vigente, o Comitê define os ajustes necessários para garantir o nível de liquidez que julga adequado para a instituição.

Comunicação Interna

A comunicação interna ocorre através de relatórios diários de acompanhamento de liquidez enviados as áreas responsáveis e de relatórios gerenciais mensais enviados ao Comitê Caixa e Investimento.

Nos Relatórios diários são controlados os fluxos de caixa para curto prazo e a situação atual de liquidez além do acompanhamento do caixa mínimo, comparando a reserva atual com caixa mínimo determinado nas Políticas de Liquidez.

Nos Relatórios de Risco de Liquidez mensais são tratados os fluxos de caixa e os descasamentos, contingências, avaliados os ativos e passivos separadamente por liquidez e condição de resgate, assim como principais entradas e saídas de caixa.

No Comitê são deliberadas as ações a serem realizadas conforme a situação liquidez do momento avaliado.

9. RISCO OPERACIONAL

O Banco BS2 estabeleceu diretrizes para o gerenciamento do risco operacional em consonância com os requerimentos do Banco Central do Brasil, apresentados na Resolução CMN 4.557/17.

Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Processo de Gerenciamento de Risco Operacional

A Organização adota a Gestão de Risco Operacional como sendo um processo de quatro estágios, compreendendo as seguintes fases e atividades:

1. Identificação;
2. Avaliação;
3. Gerenciamento;
4. Monitoramento e Reporte.

Cada elemento é um elo vital na corrente e deve ser implementado corretamente para tornar todo o processo eficiente. A Gestão de Risco Operacional está focada em apoiar a organização a atingir seus objetivos estratégicos de negócios, ampliando a consistência entre estes objetivos e sua concretização no dia-a-dia.

Comunicação Interna

A comunicação interna tem como objetivo garantir a todos os níveis da Organização, que a informação será usada de forma adequada e eficiente para a análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão.

A estrutura de gerenciamento de Risco Operacional no Banco BS2 prevê a elaboração de reportes periódicos, conforme detalhado abaixo:

- Relatório Anual - detalhamento da metodologia e dos trabalhos e iniciativas realizadas no período de um ano para a gestão de Risco Operacional na organização;
- Relatório Mensal - acompanhamento, comunicação e tratamento das perdas operacionais ocorridas no mês.

Todos os relatórios são submetidos à Alta Administração, que toma ciência e se manifesta acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

Análise de Risco Operacional

O setor de Risco Operacional é responsável pelo mapeamento dos riscos operacionais e controles que estão presentes nos diferentes processos da instituição. Todas as informações referentes a esta área são reportadas à Diretoria Executiva.

A captura das perdas operacionais é de responsabilidade de todos os funcionários da organização, em especial dos Gestores.

Gerenciamento de Continuidade de Negócios

O Banco BS2 estabeleceu a Gestão da Continuidade do Negócio com o objetivo de:

- Minimizar ou mitigar a interrupção das atividades do negócio do Grupo BS2 em caso de falhas ou desastres significativos;
- Proteger os processos críticos contra efeitos de falhas ou desastres significativos e assegurar a sua retomada em tempo hábil, se for o caso;
- Atender às expectativas de clientes e partes interessadas do Grupo BS2, pronunciando uma capacidade provada para administrar uma interrupção de negócios e proteger a sua reputação.

A metodologia da Gestão de Continuidade dos Negócios utilizada é baseada na Norma ABNT NBR 15999-1, cujo ciclo de vida compreende os seguintes elementos:

1. Gestão do Programa de GCN;
2. Entendendo a organização – relatório de análise de impacto nos negócios e identificação dos produtos e serviços considerados críticos que necessitem de um plano de continuidade de negócios.
3. Determinando a estratégia – definição da estratégia que permite que uma resposta apropriada seja escolhida para cada produto ou serviço, de modo que o Banco BS2 possa continuar fornecendo seus produtos em um nível de operações aceitável, e em uma quantidade de tempo aceitável.
4. Desenvolvendo e implementando uma resposta de GCN – desenvolvimento dos planos de continuidade do negócio.
5. Testando, mantendo e analisando criticamente os preparativos do GCN – testar e identificar oportunidades de melhoria.
6. Incluindo a GCN na cultura da organização – campanha de conscientização.

O Banco BS2 conta com um Data Center alternativo para atender ao Plano de Continuidade dos Negócios.

8. Risco Socioambiental

Conforme resolução nº 4.327, define-se Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. O risco socioambiental deve ser identificado como um componente das diversas modalidades de risco a que as instituições financeiras estão expostas.

Para este risco, consideram-se as partes envolvidas descritas abaixo:

- Comunidade Interna: funcionários da organização e colaboradores terceirizados;
- Comunidade externa: fornecedores e parceiros da organização;
- Clientes: consumidores dos produtos e serviços oferecidos pelo Grupo BS2.

Processo de Gerenciamento do Risco Socioambiental

A organização com o intuito de estabelecer gerenciamento eficiente do Risco Socioambiental, adota os pontos básicos contemplados na Resolução nº 4.327, conforme descrito abaixo:

- I. Rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da instituição;
- II. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais;
- III. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação;
- IV. Procedimentos para adequação do gerenciamento do risco socioambiental às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Além disso, a instituição possui aspectos sociais e ambientais, já considerados proibidos ou restritos.

A gestão do risco socioambiental tem como objetivos:

- Estabelecer amplo entendimento e grau de conscientização das partes envolvidas em relação aos riscos socioambientais;
- Assegurar o estabelecimento e a manutenção de condições apropriadas para a gestão do risco socioambiental no Banco BS2;
- Promover o relacionamento ético e transparente entre o Banco BS2 e suas partes interessadas, para que assim seja possível construir e manter relações pautadas na confiança, visando parcerias de longo prazo;
- Promover medidas internas de incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada dos resíduos, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

- Minimizar a ocorrência de eventos relacionados ao risco socioambiental que possam afetar negativamente as finanças e a imagem do Banco BS2;
- Analisar os riscos e as necessidades de adequação dos procedimentos caso a instituição planeje entrar em novos negócios ou introduzir novos produtos;
- Avaliar e monitorar as perdas registradas associadas ao risco socioambiental;
- Cumprir satisfatoriamente com as regulamentações do Banco Central do Brasil.